



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 016/2019, QUE TRATA DO INCREMENTO DE MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS, MEDIANTE PLATAFORMAS ON-LINE, PARA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS CONSUMERISTAS (Processo SEI CNJ n. 05532/2019).

A **FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES**, doravante denominada **FEBRATEL**, com sede na Avenida Pasteur n. 383, Urca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22290-240, CNPJ 07.594.324/0001-44, neste ato representada por seu Presidente Executivo, **MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI**, RG nº 843610 SSP/ES e CPF nº 001.711.067-09, com a interveniência da **AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**, doravante denominado **ANATEL**, Autarquia Federal criada pela Lei n. 9.472/97, com sede na SAUS, Quadra 06, Bloco H, Edifício Ministro Sérgio Motta, Brasília/DF, CEP 70070-940, CNPJ 02.030.715/0001-12, neste ato representada por seu Presidente, **LEONARDO EULER DE MORAIS**, RG nº 3606113 SSP/GO e CPF nº 950.516.781-49, e por seu Presidente Substituto, **EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA**, RG nº 001686948 SSP/RN e CPF nº 009.910.764-35, resolvem firmar o presente **TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 016/2019**, celebrado entre o **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, doravante denominado **CNJ**, neste ato representado por seu Presidente, Ministro **DIAS TOFFOLI**, RG 16.266.525 SSP/SP e CPF 110.560.528-05 e o **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, por meio da **SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR**, doravante denominada **MJSP/SENACON**, neste ato



representada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, **FERNANDO MENEGUIN**, RG 1.050.574 SSP/DF e CPF 564.000.391-04 observando o cumprimento dos seguintes critérios e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo tem por objeto a adesão da **FEBRATEL** ao Acordo de Cooperação Técnica firmado pelo **CNJ** e **MJSP/SENACON** para incremento da autocomposição nas ações consumeristas do segmento de telecomunicações, o que alcança a integração da plataforma “consumidor.gov.br” ao Processo Judicial Eletrônico – PJe.

DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente instrumento não gera compromisso financeiro ou transferência de recursos entre os partícipes, de modo que eventuais despesas decorrentes serão suportadas por dotação orçamentária própria de cada instituição.

DAS OBRIGAÇÕES DO ADERENTE

CLÁUSULA TERCEIRA – A **FEBRATEL**, no uso de suas atribuições, compromete-se a fomentar entre seus associados os métodos autocompositivos de solução das controvérsias consumeristas, assumindo postura colaborativa perante o Poder Judiciário e a **SENACON** e obrigando-se a:

- I) Permutar informações técnicas e apoio técnico-institucional;
- II) Acompanhar, de forma contínua, os indicadores e as informações produzidas a partir dos atendimentos realizados na plataforma “consumidor.gov.br”, com vistas a monitorar e avaliar a efetividade do método consensual adotado;
- III) Definir conjuntamente com partícipes e interveniente medidas preventivas à judicialização;
- IV) Participar do treinamento do sistema de classificação automática das demandas repetitivas do segmento de telecomunicações;
- V) Estimular a adesão de seus associados à plataforma “consumidor.gov.br”;
- VI) Estimular que seus associados aderentes ao Acordo de



Cooperação Técnica n. 016/2019 venham a ser citados sob a forma eletrônica nas ações judiciais que decorram do citado Acordo.

DO INTERVENIENTE

CLÁUSULA QUARTA – A **ANATEL** acompanhará a execução do objeto pactuado, atuando de acordo com suas competências legais e regulamentares.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – O extrato do presente instrumento será publicado no Diário de Justiça Eletrônico, pelo **CNJ**, de acordo com o que autoriza o art. 4º da Lei n. 11.419/2006, combinado com o parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/1993.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA – O prazo de vigência do Termo de Adesão inicia-se a partir de sua assinatura e perdurará até vencimento do Acordo de Cooperação Técnica nº 016/2019, ao qual é vinculado.

E por estarem de pleno acordo, os partícipes assinam o presente Termo de Adesão, para que produza seus efeitos jurídico e legais.

Brasília, 7 de novembro de 2019.



Ministro **DIAS TOFFOLI**
Presidente do Conselho Nacional de Justiça



MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI
Presidente Executivo da Federação Brasileira de Telecomunicações



LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações





EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA

Presidente Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações



FERNANDO MENEGUIM

Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria
Nacional do Consumidor

